

LIVRO VI, QUESTÃO 6: SE TUDO O QUE É CONHECIDO É ETERNO¹

Autor: João Buridan

Tradutora: Roberta Magalhães Miquelanti^{2,3}
rmiquelanti@ufba.br

Resumo: Apresentamos aqui a tradução e transcrição da questão 6 do livro VI das *Questiones super Decem Libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum*, de João Buridan: “Se tudo o que é conhecido é eterno”. Nesta questão, Buridan expõe seu conceito de ciência e seu objeto, mostrando como ela pode produzir um conhecimento verdadeiro, necessário e eterno.

Palavras-chave: João Buridan; ciência; conhecimento.

[LIVRO VI, QUESTÃO 6]

SE TUDO O QUE É CONHECIDO É ETERNO

Em sexto lugar, pergunta-se se tudo o que é conhecido é eterno.

Argumenta-se que não, pois seguir-se-ia que tudo o que é conhecível é vivo. A consequência é falsa como fica evidente pela definição de eternidade dada por Boécio no livro da *Consolação <da Filosofia>*, no qual diz que a

¹ Recebido: 11-02-2022/ Aceito: 29-08-2022/ Publicado on-line: 29-08-2022.

² É professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

³ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4220-9238>.

eternidade é a posse total e ao mesmo tempo de uma vida perfeita e sem fim.

Da mesma forma, há ciência natural de trovões e chuva, de plantas e animais, e de tudo aquilo que pode ser gerado e destruído, e essas coisas não são eternas. Logo, etc.

O oposto pode ser visto em Aristóteles que diz, no sexto livro desta obra, que a ciência trata daquilo que é evidente, logo, pode ser verificado e não se segue de similitudes. Todas as coisas que supomos conhecer não podem ser de outra maneira. Já das coisas contingentes, está além do questionamento se são eternas, se são ou não são por necessidade, portanto, o que é conhecível é eterno, logo todas as coisas necessárias absolutamente são eternas, não geradas e incorruptíveis. O mesmo pode ser encontrado no primeiro livro dos *Segundos Analíticos*.

Igualmente, a ciência é um hábito firme e sempre determinado para a verdade, a qual não pode ser verdadeira no erro, nem ser removida do intelecto a não ser por esquecimento. Dessa forma, ela não seria verdadeira a não ser que aquilo é conhecido seja eterno, assim como foi dito nas *Categorias* que se removemos o que é conhecido, removemos simultaneamente [f. 122ra] o conhecimento etc. Pois se o que é conhecido não existe, não existe conhecimento.

Deve-se notar que o que é conhecido pode ser tomado de duas maneiras: de uma maneira, pela conclusão demonstrável; de outra maneira, pela coisa ou pelas coisas significadas pelos termos da conclusão, ou pela coisa ou pelas coisas pelas quais os termos da conclusão supõem, como nesta conclusão, ‘todo homem é capaz de rir’, que é conhecido porque demonstrável, e pela qual temos

conhecimento de todos os homens e todas as coisas capazes de rir.

Mas se a questão era acerca do que é conhecido tomado como conclusão demonstrada, então uma distinção deve ser feita, pois a conclusão pode ser tomada tanto em relação a sua realidade quanto a sua verdade. Se em relação a sua realidade, então nenhuma conclusão deve ser dita mais eterna ou necessária que asnos ou cavalos ou cores ou sabores, pois formamos mais de uma vez conclusões, tanto escritas como faladas, ou na mente. E elas começam e cessam de existir assim como cores ou sabores. Se a verdade é tomada segundo a verdade da conclusão, podemos entender de duas maneiras que a conclusão é eterna ou necessária ou impossível ser de outro modo. De uma maneira, diz-se que a conclusão sempre é verdadeira, falando categoricamente e absolutamente. E dessa maneira, uma conclusão não é mais necessária ou eterna quanto a sua verdade do que quanto a sua realidade, pois sempre que ela <não> existe, não é verdadeira. De outra maneira, falando hipoteticamente, pois uma conclusão que é sempre verdadeira quando proposta, não pode ser falsa. E desta maneira, ou de acordo com um sentido equivalente, as proposições são ditas necessárias, perpétuas ou impossíveis de serem de outro modo, e não de outra maneira, sejam proposições escritas ou faladas ou formadas em nossa mente. E dessa maneira dizemos que tudo o que pode ser conhecido segundo a ciência é perpétuo, eterno, necessário, impossível ser de outro modo, não gerado e incorruptível. E podemos, assim, mostrar a diferença entre ciência, senso comum e opinião. Mesmo que o senso comum e a ciência julguem sobre a verdade e a falsidade de diferentes proposições, eles diferem ainda porque o senso comum não

julga com certeza a não ser as coisas sensíveis presentes. Já o intelecto, por meio do hábito da ciência, julga verdadeiramente tanto na ausência como na presença das coisas inteligíveis. A ciência difere assim da opinião, pois mesmo que ambas possam julgar na ausência das coisas inteligíveis, a opinião não julga com certeza, mas com temor. Já a ciência julga com certeza e sem temor. Tudo isso está pressuposto nas definições de ciência e opinião. Dessa forma, é impossível julgar com certeza acerca da verdade de uma proposição na ausência das coisas significadas pelos seus termos. Mas se uma proposição pode ser falsa, então uma proposição de conhecimento não pode ser falsa. E era este o sentido visado por Aristóteles com aquelas palavras. Se é preciso ter certeza e não concluir com base em similitudes, nós pressupomos que todas as coisas que conhecemos não são contingentes: as coisas contingentes, que podem ser de outra maneira, estão fora do que pode ser conhecido etc. E tudo isto me parece evidente.

Mas se falamos do que é conhecido como a coisa significada ou as coisas significadas pelos termos da conclusão, ou pela coisa ou pelas coisas que os termos da proposição supõem, as opiniões são diversas acerca da questão proposta.

Uma é aquela que distingue entre ser e essência. Vimos que os nomes e as definições significam as essências das coisas, e não significam existir ou não existir, como temos nos *Segundos Analíticos*. Esta opinião considera que as coisas permanecem eternamente segundo suas essências ou segundo suas quiddidades, embora não permaneçam segundo a existência. As essências das coisas são ditas permanecer verdadeiramente, pois recebem o ser pela geração e o perdem

pela corrupção. [f. 122rb] Assim, se diz que há conhecimento das coisas de duas maneiras. De uma maneira, quanto à essência. De outra maneira, quanto à existência. Por exemplo, como a definição não diz a não ser a essência, e não diz sobre a existência ou não existência, as coisas são conhecidas somente quanto à sua essência pela definição. E é assim na ciência demonstrativa, em que um atributo *per se* segue-se à essência da coisa demonstrada do seu sujeito pela própria definição. Mas a demonstração respondendo à questão ‘o que é’ faz conhecer a coisa com relação à existência. Assim, é dito que as coisas conhecíveis são eternas. Mas se são conhecíveis apenas com relação à essência, não implica que são eternas quanto à existência da coisa.

Esta opinião não me agrada. Primeiramente porque não considero que a existência e a essência da coisa possam ser distinguidas nas próprias coisas fora da alma, como podemos ver no quarto livro da *Metafísica*. Em segundo lugar, porque me parece perigoso para a fé dizer que há algo eterno que não seja deus. Em terceiro lugar, pois me parece implicar uma contradição que a essência permaneça e que a coisa não exista, pois o que permanece é e tem existência. Em quarto lugar, porque se a essência permanece considerando tanto a existência como a não existência, não seria preciso colocar outra matéria, pois a essência poderia ser transformada e os seus os extremos continuariam os mesmos com sua transformação. Em quinto lugar, pois me parece que este nome ‘essência’ é apenas o <nome> abstrato deste <nome> concreto ‘ser’, assim como ‘entidade’ é daquele concreto ‘ente’ e ‘quididade’ daquele concreto ‘que é’, ‘realidade’ daquele concreto ‘coisa’. Logo, assim como

uma coisa é chamada branca pela brancura, o ser é dito existir pela essência, o ente pela entidade e o que é ou alguma coisa pela quiddidade. E muitas outras dificuldades podem ser colocadas contra esta opinião, mas eu apenas passo por elas, pois são colocadas de maneira mais especulativa.

Egídio Romano, no livro sobre *A geração e a corrupção*, distingue três tipos de ser das coisas, a saber, na alma, na sua causa e no seu efeito no ser produzido. Dessa forma, é dito que o conhecimento que temos das coisas pelas causas, não é o conhecimento que temos das coisas que são em relação ao efeito. Mas quanto ao ser que têm a partir de si suas causas, pode-se dizer que as mesmas coisas conhecíveis são eternas pelo ser que têm em suas causas, mas isso não implica que essas coisas sejam eternas com relação ao ser que têm nos seus efeitos.

Mas nem esta opinião me agrada, pois não é verdadeiro que não tenhamos conhecimento das coisas pelo ser que têm no efeito, pois então os efeitos não poderiam ser conhecidos pelas suas causas. Pois o ser que tem o efeito na causa deveria ser distinguido do ser que não é efeito, o que considero não poder ser feito a não ser pela causa. Assim, não seria conhecido a não ser pela causa.

Da mesma maneira, pelo livro *Sobre os meteoros*, tenho conhecimento de que o trovão é um som feito nas nuvens e que a chuva é água caindo das nuvens em gotas. Isto não é verdadeiro a não ser pela existência da chuva e dos trovões, que são efeitos. Da mesma maneira, coisas que têm o ser nas causas distinto do ser que têm nos efeitos não são a não ser em potência. Assim, essas coisas não são conhecidas a não ser pelo ser potencial e não atual.

Igualmente, as coisas que são conhecidas somente pelo ser que têm a partir das causas, e são eternas, ou têm o ser a partir de causas suficientes ou a partir de causas não suficientes. Se não suficientes, seguir-se-ia que não poderia haver conhecimento perfeito dessas coisas a partir das suficientes. Assim, também possuem pela eternidade o ser que têm a partir do efeito, pois colocada uma causa suficiente, coloca-se o efeito.

Da mesma maneira, a forma é uma causa e a causa principal. Logo, segue-se que o que é conhecível a partir da causa é eterno pelo ser que tem a partir da causa formal, o que não poderia ser a não ser que a causa formal seja eterna. E assim se é <a causa> eterna, o efeito é eterno.

E tal opinião [122va] é deficiente de muitas maneiras.

Outros distinguem ainda entre universal e singular, não somente segundo o conceito, mas nas coisas <existentes> do mundo. Assim, dizendo ser universal a coisa do mundo, não é nem gerado nem corruptível. Já os singulares são ditos geráveis e corruptíveis. Logo dizem que o conhecimento não é de singulares, mas de universais, e que <as coisas> conhecidas são perpétuas, enquanto as coisas singulares são corruptíveis. Mas eu acredito que o universal não exista fora da alma como distinto dos singulares, como é colocado no sétimo livro da *Metafísica*. E se são distintos, a não ser que sejam ideias separadas, não podem permanecer se todos os seus singulares são destruídos. E me parece que mesmo se todas as rosas estão agora destruídas, ou se de nenhum modo existissem, ou do mesmo se nenhum trovão existisse, nenhum cometa ou nenhum eclipse do sol ou da lua, ainda assim o médico não perderia o conhecimento que tem da rosa, nem o astrólogo o conhecimento do eclipse, nem o

conhecimento que presente no livro *Sobre os Meteoros* acerca de trovões e cometas. Na verdade, você pode mesmo ensinar a ciência presente no livro *Sobre os meteoros* como se houvesse mil trovões. Assim, tal distinção entre universal e singular pelas coisas, se concedida, de nada vale para o propósito.

Outros sustentam que os universais não são distintos dos singulares a não ser pela operação da alma, como Aristóteles e o Comentador, (como acredito) parecem querer dizer que o conhecível como coisa extra deve ser eterno, pois sempre há alguma coisa ou algumas coisas pelas quais o termo da conclusão conhecível supõe, e para isto não se exige que algumas dessas coisas seja perpétua. Mas é suficiente que um indivíduo da mesma espécie suceda perpetuamente por meio de geração, assim como é exemplificado por cavalos e asnos. Pois nunca é verdadeiro dizer: ‘nada é um cavalo’, ‘nada é um asno’. Mas considero que nem isso seja necessário, pois assim como foi dito, o médico não perde seu conhecimento de rosas quando nenhuma rosa existe etc.

Acredito que as coisas conhecidas pelas quais os termos da conclusão conhecida supõem não precisam ser perpétuas de acordo com nenhum modo dito anteriormente. Mas é possível que essas coisas possam ser destruídas como um todo, assim como é verdadeiro dizer que nenhuma dessas coisas existe, por exemplo, quando creio ter conhecimento de trovões e cometas, mesmo quando não existem trovões ou cometas. E isso não me parece surpreendente, pois assim como me foi demonstrado que todo triângulo tem três lados, por tal demonstração, eu não tenho conhecimento apenas de triângulos que existem agora, mas de <triângulos> passados, futuros e presentes. De outra maneira, seguir-se-ia que se amanhã um novo triângulo for feito, então eu não

saberia que todo triângulo tem três <lados>, a não ser que uma demonstração contendo um novo triângulo me seja reiterada, o que é absurdo dizer. Logo, pelo livro *Sobre os Meteoros*, digo que tenho conhecimento de todos os trovões passados, presente e futuros, se algum é presente, e se nenhum é presente, tenho conhecimento de passados e futuros apenas.

Mas uma dúvida pode ocorrer, pois considerando que o conhecimento requer adequação ou conformidade às coisas conhecíveis, então o conhecimento exige a verdade da conclusão, e a verdade consiste na adequação do intelecto às coisas inteligidas; mas quando as coisas inteligidas não existem, nada corresponderá a essa adequação, pois quando nada existe, nada será adequado à conclusão, logo, daquilo que não existe, não pode haver conhecimento.

A isso alguns respondem que [f. 122vb] podemos ter conhecimento tanto de coisas existentes como de não existentes, e mesmo de coisas impossíveis de existir, pois proposições de verdade perpétua podem ser formadas sobre essas coisas, isto é, que não podem ser falsas. Dizem então que podemos formar proposições categóricas de verdade perpétua de coisas que não existem, e mesmo que não podem existir, mas também <proposições> negativas, como o vácuo é nada. E assim eu tenho conhecimento negativo do vácuo. E aqui a adequação requerida para a verdade da proposição é preservada, não sendo assim necessário que alguma coisa exista que seja igual ao intelecto. Mas a única coisa requerida, é que se a coisa exista ou não, assim, seja entendido pelo intelecto a coisas existir ou não existir. Dessa forma, é verdadeira a intelecção segundo a qual inteliço que o

vácuo não existe, pois é verdadeiro na realidade que o vácuo não existe.

Em segundo lugar, podemos formar proposições de verdade eterna e afirmativas acerca do que não existe, mas que são hipotéticas, como ‘se o vácuo existe, o vácuo é um lugar’ ou ‘se um trovão existe, o mesmo é um som nas nuvens’, e dessa forma podemos ter conhecimento de não existentes por <meio de proposições> afirmativas. E nessas proposições preservamos a adequação do intelecto à coisa exigida para a verdade da proposição, pois o intelecto não entende que o vácuo é um lugar, mas que se o vácuo existisse, ele seria um lugar. E mesmo que na realidade o vácuo não seja um lugar, também, na realidade, se o vácuo existisse, seria um lugar.

Em terceiro lugar, <eles> consideram que não podemos formar uma proposição categórica afirmativa verdadeira a respeito do que não existe, ou pelo menos não uma proposição de inerência e com verbo no tempo presente. Se não existem trovões, então não é verdadeira <a proposição> ‘Um trovão é um som’, pois o que não existe, não é um som, e porque uma proposição afirmativa é verdadeira, pelas regras lógicas, quando os seus termos supõem pelas mesmas coisas, e o que não existe não é igual a nada.

Assim, consideram que na ciência de tais coisas não devemos entender as proposições de maneira categórica, mas de maneira hipotética, ainda que, por brevidade, sejam propostas como categóricas. Assim como no livro *Sobre os meteoros* não devemos entender a proposição ‘Um trovão é um som nas nuvens’ de maneira categórica, pois não poderia ser conhecida, mas hipotética, a saber, como ‘Um trovão, sempre que é, é um som nas nuvens’.

E acredito que a origem dessa controvérsia entre diferentes opiniões vem de uma ignorância da lógica, pois me parece que nomes significando coisas e não cossignificando um tempo determinado, significam indiferentemente coisas presentes, passadas e futuras. Mas isso não me é surpreendente, pois podemos entender essas coisas sem entender conjuntamente um tempo determinado. E podemos compor pelo intelecto a partir do conceito da coisa e do conceito de tempo, passado ou futuro ou presente, como dizendo ‘Cesar existiu’ ou ‘César existirá’. E dessa forma nada impede que um termo suponha por passados e futuros, assim como por presentes.

Segundo os lógicos antigos, a suposição dos termos comuns é dupla, a saber, natural e accidental. <A suposição> é accidental quando o termo supõe apenas pelos supósitos de um tempo determinado. De outra maneira, <a suposição> é natural quando o termo supõe indiferentemente por todos os seus supósitos, seja presente, seja passado, seja futuro. E esta é a suposição usada nas ciências demonstrativas. De outro modo, pela demonstração mostrando que um triângulo tem três <lados>, não teríamos conhecimento de triângulos futuros, o que não é desejável, como foi dito. E Aristóteles, no primeiro livro dos *Segundos Analíticos*, expõe o sentido de proposições *de omni*, nas quais os termos são tomados em suposição natural, como animal se diz de todo homem, pois se é verdadeiro dizer algum [f. 123ra] homem, é verdadeiro dizer é animal. E se um é verdadeiro, o outro certamente o é. Assim como as proposições ‘Homem é animal’ e ‘Todo homem é animal’ são *de omni* segundo a suposição natural. E seja o que for, se é verdadeiro dizer que

é homem, quando é verdadeiro dizer é homem, então é igualmente verdadeiro é animal. E da mesma maneira esta é verdadeira ‘Um trovão é um som nas nuvens’, em referência a cada um dos singulares.

Mas alguém poderia dizer: ‘Mestre, você está de acordo com a opinião precedente. Pois admities das ditas proposições um sentido hipotético e que são conhecidas, e outros consideram tais proposições hipotéticas necessárias e conhecidas’. Respondo que essa opinião e a outra podem até visar o mesmo conhecimento. Mas elas diferem segundo a lógica no modo de falar. Pois os primeiros não concedem que a proposição categórica seja dita das coisas com um sentido categórico, mas eu concedo que sejam verdadeiras segundo a suposição natural. Nem é necessário que uma proposição seja dita hipotética se seu sentido é esclarecido por meio de uma <proposição> hipotética. Pois, nesse caso, toda proposição seria hipotética. Pois o sentido de uma proposição como ‘homem corre’ pode ser explicado por esta hipotética ‘Sócrates corre ou Platão corre, e assim de outros singulares’, e o sentido desta <proposição> ‘todo homem corre’ pode ser explicado por esta ‘Sócrates corre e Platão correr e assim de outros singulares’. E o sentido desta ‘todo homem corre’ pode ser explicado por esta ‘Sócrates corre e Platão corre’, e assim de cada singular. Nem esses dois argumentos dados anteriormente são conclusivos.

Ao primeiro, é dito que quando nenhum som é, nenhum trovão é, e, logo, nenhum trovão é um som. Deve-se dizer que se nenhum trovão existe, então as <premissas> maior e menor são verdadeiras, pois em ambas os termos são tomados em suposição accidental, isto é, somente pelos supósitos presentes, em virtude deste verbo ‘é’ como segundo

adjacente. Logo, a conclusão pode ser inferida considerando que nela, assim como nas premissas, os termos supõem acidentalmente, mas não se entendermos que <os termos> supõem naturalmente. Na verdade, seria uma falácia da figura da palavra pela variação da suposição.

Quanto ao outro, quando é dito que em uma proposição afirmativa verdadeira os termos devem supor pelas mesmas <coisas>, concedo com relação ao presente, o passado e o futuro, assim como é verdadeiro dizer que algum animal estava na arca de Noé, pois alguma coisa era um animal na arca de Noé. E também concederia, de acordo com a opinião anterior, que se um termo ou outro da proposição por nada supõe, nem por presentes, por presentes, nem por passados, nem por futuros, a proposição categórica afirmativa não pode ser verdadeira. Por exemplo, esta <proposição> ‘vácuo é lugar não preenchido por corpos’ é falsa, se ‘vácuo’ é tomado significativamente, pois os termos não podem supor pelo mesmo, se ambos ou algum deles não supõe por nada. No entanto, essa proposição pode ser concedida se ‘vácuo’ for tomado segundo a suposição material. E é dita predicativa a definição expressando a definição nominal do definido. Pois a diferença entre a definição expressando a definição nominal e a definição expressando a definição real, é que a definição expressando a definição real é verificada do termo definido supondo pessoalmente, assim como ‘homem é animal racional’. Já a definição expressando a definição nominal é verificada do termo definido supondo materialmente. De acordo com este sentido, ‘vácuo é lugar não preenchido por corpos’, quer dizer que este nome ‘vácuo’ significa ‘lugar não preenchido por corpos’, e esta proposição categórica afirmativa é

verdadeira pois seus termos supõem por coisas verdadeiras. Mas essas coisas que não pertencem à Ética e aqui são ditas de maneira abreviada podem ser encontradas e discutidas de maneira mais explícita [f. 123rb] nos meus escritos sobre as *Súmulas*, onde trato da suposição.

Mas alguns poderiam duvidar que a ciência poderia ser distinguida da arte e da prudência, concedendo que ela também versa sobre coisas contingentes, assim como a arte e a prudência. Respondo que ainda que a ciência seja a respeito de coisas contingentes do mundo, ele também é sobre a conclusão. E proposições não contingentes são tratadas como mostramos anteriormente. Já a arte e prudência tratam de conclusões contingentes e a partir de proposições contingentes, a saber, que podem ser de outro modo ou falsas. Assim, concluindo o médico que o enfermo não deve beber amanhã, esta conclusão será falsa. Logo, pode-se concluir o oposto, e dar vinho ao enfermo. A arte e a prudência devem ser consideradas segundo a variedade da matéria e das circunstâncias singulares, mas não a ciência e a sabedoria. E outras diferenças foram colocadas na quarta questão desse sexto livro, como complementação.

Aos argumentos contrários. Ao primeiro, deve-se dizer que se ‘eterno’ <é tomado> propriamente, nada é eterno a não ser deus, razão pela qual nada que é conhecível é eterno <desse modo>, mas do modo colocado anteriormente. Segue-se da mesma maneira com relação aos outros argumentos e os argumentos contra. E a questão está encerrada.

[LIBER VI, QUAESTIO 6]**SEXTO QUERITUR UTRUM OMNE SCIBILE SIT ETERNUM**

Arguitur quod non. Sequeretur quod omne scibile esset vivum, quod est falsum consequentia patet per diffinitionem eternitatem quam dat Boethius in libro de Consolatione dicens quod eternitas est interminabilis vite tota simul et perfecta possessio.

Item, scientia naturalis habere de grandinibus et pluviis, de plantis et animalibus est universaliter de generalibus et corruptibilibus que non sunt eterna ergo etc.

Oppositum apparet per Aristoteles in sexto dicente scientia quodam igitur quid est hin manifestum si oportet certificare et non sequi similitudines. Omnes enim suspicantur quod scimus non contingere aliter se habere. Contingentia autem aliter cum extra speculari si eternitatem si sunt vel non sunt ex necessitate. Igitur est scibile eternum igitur ex necessitate, enim entia simpliciter omnia eterna aut ingenita et incorruptibilis. Item, etiam habere in primo Posteriorum.

Item, scientia est habitus firmus et semper determinatus ad verum qui non potest veritati in errorem, nec ab intellectu removeri nisi forte per oblivionem. Hec autem non essent vera nisi scibile esset eternum, quia sicut dicitur in Praedicamentis scibile sublatum simul [f. 122ra] aufert scientia etc. Nam si scibile non sit non est scientia.

Sciendum est quod scibile potest capi dupliciter: uno modo pro conclusione demonstrabili, alio modo pro re significata vel rebus significatis per terminos conclusionis sive pro qua vel pro quibus termini conclusionis supponunt,

hec enim conclusio ‘omnis homo est risibilis’ est scibilis quia demonstrabilis et sciendo eam nos habemus scientiam de omnibus hominibus et de omnibus risibilibus.

Si igitur quaestio quaerat de scibili pro conclusio demonstrabili, tunc iterum erit distinguendum, quoniam vel conclusio sumitur quantum ad suam realitatem vel quantum ad suam veritatem. Si quantum ad suam realitatem, tunc nulla conclusione debet dici eterna vel necessaria plus quam asini vel equi aut colores aut sapes, quia conclusiones de novo formamus tam in scripto, quam in voce vel in mente. Et ita incipiunt esse et desinunt sicut colores aut sapes. Si vero conclusio capiatur quoad eius veritatem, potest intelligi dupliciter quod conclusio sit eterna vel necessaria vel impossibilis aliter se habere.

Uno modo, quod conclusio sit semper vera, loquendo cathgorice et simpliciter. Et isto modo conclusio non est magis necessaria vel eterna quoad eius veritatem quam quoad eius realitatem, quia quaecumque ipsa <non> est, ipsa non est vera. Alio modo, loquendo ypothetice, quia scilicet omnis talis conclusio sit vera quaecumque proponitur, ita quod non possit esse falsa. Et isto modo vel in equipollenti sensu propositiones dicuntur necessaria vel perpetue vel impossibiles aliter se habere, et non alio modo, sive sint propositiones scripte sive prolatae vel apud mentem nostram formate. Hoc igitur modo dicendum quod omne scibile loquendo primo modo de scibilis et loquendo proprie de scientia est eternum, necessarium, impossibile aliter se habere, ingenitum, incorruptibile. Et hoc potest declarari per differentiam scientie ad sensum et opinionem. Licet enim sensus et scientia iudicent de veritate e falsitate aliarum propositionum, tamen differunt quia sensus non iudicat

certitudinaliter nisi apud presentia sensibilis. Intellectus aut per habitus scientie iudicat vere ita in absentia sicut in presentia intelligibilis. Scientia aut differt ab oppinione quia licet utraque vere possit iudicare in absentia rerum intelligibilium, in oppinio non iudicat cum certitudine sed cum formidine. Scientie autem iudicat cum certitudinem et sine formidine. Hoc totum oportet supponere ex quid nominis scientie et oppinionis, sed constat quod impossibile est de veritatem propositionis iudicare cum certitudine in absentia rerum pro terminos significatarum. Si propositio potest esset falsa, ergo propositio scibilis non potest esse falsa. Et istam rationem intendebat Aristoteles per illam litteras. Si oportet certificare et non sequi similitudines omnes suspicamur quod scimus non contingere: aliter se habere contingencia autem aliter cum extra speculari fiant latente etc. Et hec omnia videntur michi nota per se.

Et hec omnia videntur michi nota per se. Si aut loquamur de scibilis pro re significata vel rebus significatis pro terminos conclusionis sensu pro qua vel pro quibus termini conclusionis supponunt, sic de questiones proposita sunt diverse oppiniones.

Una est distinguens inter esse et essentiam. Vidimus enim quod nomina et diffinitiones significant essentias rerum, que tamen non significant res esse nec non esse, ut habetur in libro Posteriorum. Pone autem hec oppinio res eternaliter permanere secundum suas essentias sive secundum suas quidditates, licet quantum ad esse non maneat. Essentie vero rerum ut dicunt manentes cedem accipiunt esse per generationem et amittunt esse per corruptionem. [f. 122rb] Dicunt igitur isti quod de rebus potest esse scientia dupliciter. Uno modo quantum ad

essentiam. Alio modo quantum ad esse. Verbi gratia, cum diffinitio non dicat nisi essentiam et non dicat esse vel non esse per ipsam scitur res solum quantum ad essentia, et ita de est scientia demonstrativa, ubi passio per se consequentes essentiam rei demonstratur de subiecto suo per ipsius diffinitionem. Sed demonstratio terminans questionem si est facit scire rem quantum ad esse. Dicunt igitur esti quod sicut res sunt scibilies ita sunt eterne. Si enim sint scibilis quantum ad essentiam solum non oportet quod sunt eterne quantum ad esse rei.

Ista oppinio non placet michi. Primo quod non puto quod esse et essentia rei distinguantur in ipsa re praeter animam quod videri debet quarto Methaphysice. Secundo quia periculosum michi videtur in fide dicere aliquam rem esse eternam que non sit deus. Tertio quia videtur mihi implicare contradictionem quod essentia maneat et non esse, quia quod manet est et habet esse. Quarto, quia si essentia manens suscipit esse et non esse, non oportebit aliam ponere materiam, quia illa essentia poterit deferre transmutationem et terminos transmutationis cum ipsa maneat eadem. Quinto, quia videtur michi quod hoc nomen essentia non est nisi abstractum huius concreti esse, sicut entitas huius concreti ens, et quidditas huius concreti quid et realitas huius concreti res. Ideo sicut res dicitur albedine alba, ita dicitur essentia esse et entitate ens et quidditate quid vel aliquid. Et inconvenientia multa possunt adduci contra istam oppinionem sed ego pertranseo eo quod hoc est in ponenti nimis speculativum.

Egidius autem super librum De Generatione distinxit triplex esse rerum, scilicet in anima, in suis causis et in effectu seu in esse producto. Dicit igitur quod scientia cum

habeatur de rebus per suas causas non habetur de rebus quantum ad suum esse in effectu. Sed quantum ad esse quod habent in suis causis propter, quod ipse concedit res scibiles esse eternas pro esse quod habent in suis causis, sed non oportet eas esse eternas pro esse suo in effectu.

Sed nec ista opinio placet mihi, quia non est verum quod scientia non habeatur de rebus pro esse suo in effectu, quia tunc effectus non sciretur per suas causas. Quoniam esse quod habet effectus in causis prout distinguitur ab esse in effectu non est, ut puto nisi per esse causarum. Ideo non sciretur nisi esse causarum.

Item, scio per librum Metheaurorum quod tonitru est sonus factus in nubibus et quod pluvia est aqua in nubibus guttatim cadens. Haec autem non sunt vera nisi quantum ad esse pluvie et tonitru in effectu. Item, res per esse quod habent in causis distinctum ab esse quod habent in effectu non habent nisi in potentia. Igitur res non sciretur nisi quantum ad esse potentiale et non actuale.

Item, si res essent scibiles solum per esse quod habent in causis et ita eterne vel hoc esset per esse quod habent in causis sufficientibus vel in causis non sufficientibus. Si non sufficientibus, sequeretur quod non posset scientia perfecta de eis haberis si sufficientibus. Tunc etiam essent in eternitatis pro esse in effectu quia positis causis sufficientibus ponitur effectus.

Item, forma est una causa et principalis causa. Ideo oportet rem scibilem secundum istos esse eternam pro esse quod habet in causa formali, quod non esset nisi causa formalis sit eterna. Et tamen si sit eterna, effectus est eternus. Illa igitur opinio [f. 122va] multipliciter deficere videtur.

Alii autem distinguunt inter universale et singulare, non solum secundum conceptum sed et in re extra in tantum. Quod dicunt universale pro re extra nec esse generabile nec corruptibile. Singularia autem dicunt esse generabilia et corruptibilia.

Dicunt igitur non de singularibus sed de universalibus esse scientiam, et ita scibilia dicunt esse perpetuas, licet eorum singularia sint perpetua corruptibilia. Sed ego puto quod universale non sit praeter animam distinctum a singularibus quod ad praesens suppono ex septimo Metaphysice. Et si esset distinctum, tamen nisi esset idea separata non posset manere omnibus eius singularibus corruptis. Et tamen notum est ut mihi videtur quod si omne rose nunc essent corruptae sic quod nullo modo essent vel modo si nulla si tonitrua, nulle stelle comate aut nulle eclipses solis aut luna. Tamen medicus ob hoc non amitteret scientiam quam habet de rosa, nec astrologus scientiam quam habet de eclipsibus, nec tu scientiam quam habes de libro Metheaurorum de tonitruis et stellis comatis. Immo tu posses me docere scientiam libri Metheaurorum sicut si essent mille tonitrua. Ideo talis distinctio de universali et singulari pro re si concederetur tamen non valeret ad propositum.

Alii autem ponentes universali prout sunt distincta a singularibus non nisi per operationem animae, sicut Aristoteles et Commentator, (ut puto) velle videntur dicunt quod scibile pro re extra sic debet esse eternum, quod semper sit aliqua res vel semper sint aliquae res pro qua vel pro quibus termini conclusionis scibilis supponant, ad quod non requiritur aliquam illarum rerum esse perpetuam. Sed sufficit individua eiusdem speciei perpetuo sibi succedere per

generationem, ita secundum quod exemplificando de equia vel asinis. Nunquam sit verum dicere nullus est equus, nullus est asinus. Sed adhuc puto nec illorum esse necessarium quoniam sicut dictum fuit non oportet medicum amittere scientiam de rosis si nulle sint rose etc.

Credo tamen ergo quod res scibiles pro quibus termini conclusionis scibilis supponunt non oportet esse perpetuas aliquo praedictorum modorum. Licet possibile est eas sic ex toto esse corruptibiles, quod aliquando sit verum dicere quod nulla talis res est, verbi gratia, crederem me veram scientiam habere de tonitruis et cometis, licet nulla modo essent tonitrua et nulle stelle comate. Neque mirum quia si mihi demonstratus fuit quod omnis triangulus habet tres angulos, ego per huiusmodi demonstrationem non solum habeo notitiam de triangulis qui nunc sunt, sed de preteritis et futuris et presentibus. Aliter sequeretur quod si cras fieret novus triangulus, ego nec scirem tunc quod omnis triangulus habet tres, nisi mihi reiteraretur demonstratio tunc continens illum novum triangulum, quod est absurdum dicere. Dico igitur quod per librum Metheaurorum ergo habeo scientiam de omnibus tonitruis preteritis, presentibus et futuris, si aliqua sint presentia, et si nulla sint presentia tunc habeo notitia preteritis et futuris solum.

Sed tunc occurrit dubitatio, quoniam scientiam requirit conformitatem seu adequationem ad res scibiles, quia scientia exigit quod sit vere conclusionis, et veritas consistit in adequatione intellectus ad res intellectiones; cum autem res intellecte non essent, nulla erit ad ea adequatio, quod enim nihil est, nulli adequatur, ergo de his que non sunt, scientiam haberi non potest.

Ad hoc respondent aliqui quod sive de [f. 122vb] rebus existentibus sive non existentibus aut etiam impossibilibus existere contingit habere scientia, quoad propositiones quae de his formari possunt perpetue veritativa, ita est quod nunquam possunt esse false.

Dicunt ergo isti quod de his quae non sunt, etiam quae nec esse possunt, possunt formari propositiones perpetuae veritatis categoricae, sed tamen negative ut quod vacuum nihil est. Et ita scientiam habeo de vacuo negativam. Ibi enim salvatur adequatio illa quae ad veritatem propositionis requiritur, non enim oportet quod sit aliqua res quae sit equalis intellectui. Sed hoc solum requiritur, quod ita sit ut non sit in re sicut intellectus intelligit de re esse aut non esse. Intellectus igitur est verus quo intelligo vacuum non esse, quia ita est in re quod vacuum non est.

Secundo, isti dicunt quod de hiis quae non sunt formari possunt propositiones perpetuae veritatis affirmative, sed tamen hypotheticae, ut ‘si vacuum est, vacuum est locus’, vel ‘si tonitruum est, ipsum est sonus in nubibus’, et ita de non entibus potest habere scientia affirmativa. In dictis enim propositionibus salvatur adequatio intellectus ad rem sufficiens ad veritatem, quoniam intellectus non intelligit quod vacuum sit locus, sed quod si esset, esset locus. Et ita licet in re vacuum non sit locus, tamen in re si vacuum esset, esset locus.

Tertio dicunt isti quod de his quod non sunt nulla possunt formari propositio categorica affirmativa vera saltem de inesse et sub verbo presentis temporis. Si enim nulla sint tonitrua, ista non est vera ‘tonitruum est sonus’, quod qui non est, non est sonus, et quia propositio

afirmativa per logicas regulas ex eo est vera quod termini supponunt pro eodem, quod autem non est, nulli est idem.

Ideo dicunt isti quod in scientia de talibus rebus non debemus intelligere propositiones cathgorice licet cathgorice proponantur gratia brevitatis, sed ypothetice, verbi gratia in libro Metheaurorum non debeo istam propositionem ‘tonitruum est sonus in nubibus’ intelligere cathgorice quia non esset scibilis, sed ypothetice scilicet quod ‘tonitruum vel quodcumque tonitruum est ipsum est sonus in nubibus’.

Et credo quod tanta fuit orta controversa inter opinantes ex defectu logice, videtur enim michi quod nomina quae significant res nullum consignificando tempus determinatum, significant indifferenter res presentes, praeteritas et futuras. Nec mirum quia possum intelligere rem nullum cointelligendo tempus determinatum. Unde possum apud intellectum componere inter conceptum rei et conceptum temporis, ita praeteriti vel futuri sicut presentis ut dicendo ‘Cesar fuit’, ‘Cesar erit’. Et ita non est inconueniens aliquando terminum supponere pro praeteritis et futuris sicut pro presentibus.

Duplex enim secundum antiquos logicos est termini communis suppositio, scilicet naturalis et accidentalis. Accidentalisis est quando terminus solum supponit pro suppositis alicuius determinati temporis, naturalis autem est quando supponit indifferenter pro omnibus suis suppositis, sive sint presentia, sive preterita sive futura. Et hac suppositione utuntur scientiae demonstrativae. Aliter per demonstrationem ostendentem quod triangulus habet tres etc, non haberemus scientiam de triangulis futuris, quod est inconueniens ut dictum fuit. Et Aristoteles primo

posteriorum dat intellectum propositionis de omni, vbi termini habent dictam suppositionem naturalem, quod ‘de omni homine dicitur animal’, quia si verum est dicere aliquid [f. 123ra] hominem, verum est illud dicere animal’. Et si vere alterum est alterum. Hoc est dictu quod ista propositioni ‘homo est animal’ vel ‘omnis homo est animal’ est de omni secundum suppositionem naturalem. Si quicquid est verum dicerem scilicet quandocumque est verus dicere hominem ipsum et tunc sit verum dicere animal. Et ita hec est vera ‘tonitruum est sonus in nubibus’, referendo singula singulis.

Sed statim diceret aliquis: ‘Domine, vos coinciditis cum opinione precedente, quoniam dicte propositionis scibili vos assignatis sensu ipoteticum et alis concedebant de talibus propositiones ipoteticas necessarias et scibiles’. Respondeo quod forte hec opinio et illa eandem intendebant scientiam. Sed differunt secundum logica in modo loquendi. Primi enim non concedunt in predictis rebus propositionem cathedoricam in sensu cathedorico, ego autem concedo eam esse veram secundum suppositionem naturalem. Nec oportet si sensus alicuius propositionis declaratur per ipoteticam quod propter hoc illa propositionis sit ipotetica. Sic enim omnis propositio esset ipotetica. Ergo istius ei propositionis homo currit sunsus explicari propter per istam ipoteticam Sortes currit vel Plato currit, et sic de singulis, et sensus istius omnis homo currit potest explicari per istam Sortes currit et Plato currit et sic de singulis. Et sensus istius omnis homo currit potest explicari per istam Sortes currit et Plato currit et sic de singulis. Nec due rationes aliquorum prius adducte concludunt.

Ad primum, quando dicitur quod non est sonus nullum tonitruum est, ergo nullum tonitruum est sonus. Dicendum quod si nulla sunt tonitrua, maior et minor sunt vere, quia termini in utraque trahuntur ad suppositiones accidentalem, scilicet pro suppositis presentibus solum, virtutem huius verbi est secundo adiacentis. Ideo conclusio bene infertur intelligendo quod termini in ea supponant accidentaliter sicut in premissis, sed non intelligendo quod supponant naturaliter. Immo esse falacia figura dictione ex variatione suppositionis.

Ad aliam quando dicitur quod in propositionem affirmativa vera termini debent supponere pro eodem, concedo pro eodem presenti preterito vel futuro sic enim est verum dicere quod aliqui animal fuit in archa noe quia ibi tunc erat aliquo animal et ens in archa noe. Et tamen concederem cum opinione predicta quod si termini propositionis vel alter eorum pro nullo supponerent nec pro presentes nec pro preterito nec pro futuro. Propositio cathgorica afirmativa non posset esset vera. Verbi gratia hec est falsa vacuum est locus non repletus corpore si vacuum capiatur significative, quia tunc termini non possunt supponere pro eodem quam vel ambo vel alter eorum pro nullo sponnit. Predicta tamen propositio est concedenda si vacuum capiatur secundum suppositionem materialem. Et est predicativa diffinitionis dicentis quid nominis de diffinito talis. Enim est differentia inter diffinitionem dicentem quid nominis et diffinitionem dicentem quid rei quod diffinitio dicens quid rei verificatur de termino diffinito supponente personaliter, ut homo est animal rationale. Diffinitio quod dicens quid nominis verificatur de termino diffinito supponente personaliter. Sub hoc sensu

vacuus est locus non repletus corpore id est hoc nonem vacuum significat locum non repletus corpore id est hoc nonem vacuum significat locum non repletum corpore et est propositio cathégorica affirmativa et uter quod terminorum pro vero ente supponit. Hec autem omnia quam quod non sunt moralia dicta sunt truncate poteris magis explicite inuenire per scrutata [f. 123rb] si vis in scripto meo super summulas ubi tractatum est de suppositionibus.

Sed adhuc aliquis poterit dubitare quorum scientia poterit ab arte et prudentia differre cum ipses concendant versari circa res contingentes sicut ars et prudentia. Respondeo quod licet scientia sit de rebus extra contingentibus est tamen de conclusionibus. Et propositionibus non contingentibus aliter se habere modo predicto. Ars autem et prudentia sunt de conclusionibus contingentibus et ex propositionibus contingentibus, scilicet quas contingit alibi vel alias esse falsas. Concludit ei medicus modo quod iste infirmus non debet bibere cras hec conclusio erit falsa. Ideo concludet oppositum et dabit ei vinum. Propter varietatem materie et circumstantiarum singularium quas oportet considerare artificem et prudentem, non autem scientem et sapientem. Et vide cum hoc aliam differentiam que declarata fuit in questione quarta huius sexti libri ex parte rerum extra.

Ad rationes in oppositum. Ad primam dicendum quod si eternum illo modo propriissimo capiatur, nihil est eternum nisi solus deus, ratio nec omne scibile dicemus sic eternum, sed modo predicto. Alia ratio et rationes ad oppositum precedunt viis suis. Et finitur questio.

REFERÊNCIA

BURIDANUS, Johannes. *Questiones super Decem Libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum*, Liber VI, q. 6., 1513, ff. 121vb - 123rb. Paris, Poncet le Preux, 1513.